



Experiências de ativismos entre pessoas trans fora dos espaços institucionalizados: notas etnográficas

Experiences of activism among trans people outside institutionalized spaces:
ethnographic notes.

*Késia Maria Maximiano de Melo*¹

RESUMO: As reflexões propostas originam-se de uma pesquisa etnográfica cujo objetivo central foi compreender do modo pelo qual as pessoas trans têm se apropriado de espaços online de interação a fim de fomentar debates políticos, e tecer redes de solidariedade e sociabilidade. Para tal, parti da investigação da proliferação desses espaços, tomando como ponto de partida um grupo de uma plataforma digital, construindo interações que transitavam entre o on e o offline. Trata-se de um campo de intensas disputas, especialmente entre uma nova geração de pessoas dissidentes de gênero e o movimento social institucionalizado, evidenciando-se as novas formas de reivindicar lugares de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Queer. Pessoas Trans. Sociabilidades. Articulação Política. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT: The proposed reflections originate from an ethnographic research whose central objective was to understand the way in which trans people have appropriated online spaces for interaction in order to foster political debates, and weave networks of solidarity and sociability, and that how these interlocutions affect the formation of a political conscience. For that, I started from the investigation of the proliferation of these spaces, taking as a starting point a group of a digital platform, building interactions that transited between on and offline. It is a field of intense disputes, especially between a new generation of gender dissident people and the institutionalized social movement, showing the new ways to claim places of existence.

KEYWORD: Queer Theory. Trans People. Sociabilities. Political Articulation. Social Vulnerability.

* * *

Introdução

“Narrar-me mulher trans é, acima de tudo, um ato político”.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Brasil. E-mail: kesia.maximiano@ufsm.br

Essa postagem foi retirada do perfil pessoal de Maia, mulher transexual, que na época dessa fala contava com um total de 2.098 amigos no perfil de uma plataforma digital de interações. Ela realizava diversas publicações na plataforma, diariamente, e afirma que essa é a sua forma de fazer militância. Maia tem 26 anos, mora numa grande capital do sudeste brasileiro, é doutora e professora de uma renomada universidade privada.

Conheci Maia durante a minha pesquisa de mestrado, realizada durante os anos de 2014 e 2015, tendo sido finalizada em 2016, e tendo como título *“Consciência, News e Glamour: A internet como espaço alternativo de sociabilidade e articulação política entre pessoas trans”*. Nessa pesquisa, tomei como objetivo central a compreensão do modo pelo qual as pessoas trans, aquelas que em suas formas de identificação de gênero não encontram coerência na construção identitária baseada na ordem compulsória sexo cromossômico – gênero, têm se apropriado de espaços de interação online a fim de fomentar debates políticos, tecer redes de solidariedade e sociabilidade entre si, mas também com acadêmicos/as e militantes de movimentos sociais, e em como essas interações têm produzido novas formas de militância e repercutido em suas vidas off-line.

Os usos desses espaços se mostram atravessados por frequentes disputas identitárias e negociações acerca da apropriação e expressão sobre o que é “ser uma pessoa trans de verdade”, e ainda, sobre os elementos que legitimam ou não determinados atores na luta política acerca das experiências trans e sua relação com a atenção destinada pelo Estado via políticas públicas, por exemplo. Tais debates são permeados pela criação de lugares de fala das múltiplas identidades trans e nas formas de se fazer militância, marcados especialmente por uma nova geração de pessoas trans que ampliam seus espaços de trânsito e sociabilidade, e que se utilizam da internet para criar debates com desdobramentos políticos a partir da produção de visibilidade em torno das suas vivências cotidianas (MELO, 2016).

É importante localizar que no âmbito do desenvolvimento desta pesquisa, compreendi como discussão política, não somente temáticas

relacionadas aos movimentos sociais ou partidários, mas, sobretudo, questões referentes a (re)elaborações de estratégias de enfrentamentos referentes ao estigma, violência, acessos a bens e serviços como saúde, assistências social, entre outros. Nesta chave, considere ainda, as reivindicações relativas a questões cotidianas como uso e transformação dos corpos, preconceitos de diversas ordens, inserção do mercado de trabalho, bem como os debates sobre prostituição.

Assim, tomei como metodologia a etnografia multissituada (MARCUS, 1995), partindo especialmente do fato de que o objeto de estudo não está geograficamente localizado, necessitando assim, que sejam desenvolvidas estratégias empíricas que considerem pessoas e símbolos, ultrapassando lugares e fronteiras, e estabelecendo conexões ao longo de várias escalas etnográficas. Assim, pude pensar no meu campo de pesquisa (que era dinamizado pelo trânsito entre os grupos acessados e acompanhados durante a imersão em uma plataforma de redes sociais, e os encontros presenciais decorrentes dessas interações) como um espaço que possibilita a difusão de ideias e expressões por meio dos discursos, desterritorializa e territorializa culturas locais, como espaço de “ciberativismo” (PIENIZ, 2009). O uso da internet abre espaço para novas formas de sociabilidade e para a inscrição de (novas) relações de poder e desigualdade, que são mediadas pelos pressupostos da vida off-line, e que ocorrem para além de sua “virtualidade”.

Iniciei a minha imersão no campo no ano de 2014, a partir do contato inicial com uma informante que me apresentou o mundo dos grupos de discussão na plataforma escolhida (em decorrência do alto número de acessos e interações³), o que me permitiu ir me apropriando das questões decorrentes do próprio campo, e de como ele se intersecciona com a dimensão off-line dessas mesmas interações e das práticas cotidianas de uma maneira geral.

³ Para ver a descrição detalhada da construção do campo, bem como os entraves e desafios na escolha das técnicas podem ser acessadas na versão na íntegra do texto da dissertação.

Neste artigo, deste modo, procuro tomar o campo desta pesquisa para refletir sobre os modos de fazer militância fora do movimento social institucionalizado, bem como as disputas e negociações decorrentes desses trânsitos. Assim, procuro trazer um histórico do movimento trans institucionalizado, passando pelos marcos históricos no que diz respeito aos avanços dos direitos e às estratégias de diálogo com o Estado, e, como esse movimento tem se colocado diante das novas possibilidades de articulação política, sobretudo, a partir dos usos das redes digitais. Para tal, discorro sobre quais os mecanismos são acionados e utilizados pelas transativistas, e quais suas rupturas e permanências em relação ao movimento social que historicamente vem protagonizando as arenas de disputas políticas.

Uma trajetória de lutas pelo exercício da cidadania (e pelo direito de existir)

Tomo a fala de Maia como ponto de partida neste artigo, para discutir sobre como no cenário da plataforma, as múltiplas vozes têm se articulado para fazer ativismo, e de que forma essas interações tem gerado novos modos em torno de um fazer político.

O ativismo e a militância convergem e divergem entre si em uma medida não somente semântica e conceitual, mas temporal, e principalmente contextual. Cristina Câmara da Silva (1999) propõe em sua tese, ao refletir sobre como se entrecruzam ativismo, ajuda mútua e assistência no contexto dos grupos que organizam o cenário de luta contra a AIDS, e de acordo com as reflexões suscitadas pela autora, enquanto a militância é permeada por aspectos mais ligados a uma noção de coletivo, tomando como ponto de partida a sociedade, e com organização centralizada. Enquanto o ativismo toma como ponto de partida o indivíduo e a experiência subjetiva deste. No ativismo, diferente da militância, o engajamento é muito mais pessoal e íntimo, e os aspectos da luta estão muito mais ligados a um tempo presente, com liderança difusa, e com organização segmentada e descentralizada.

Parto desses conceitos para compreender como as formas de engajamento e de fazer política entre pessoas trans em plataformas digitais têm sido tensionadas e negociadas com o movimento social institucionalizado, visto que todos esses atores compõem essa arena.

No cerne do movimento trans brasileiro, as reivindicações em torno do acesso e do direito à cidadania – no sentido empregado por Marcia Ochoa, qual seja, o de se sentirem pertencentes a um coletivo abrangente – são pautadas numa constituição que garante, nos termos da lei, igualdade a todos/as cidadãos/cidadãs, de modo que as reivindicações passam por ações políticas que promovam respeito, visibilidade positiva, acesso à saúde integral (não apenas a políticas sobre DSTs e Aids), e, enfim, uma outra ordem política para novas políticas públicas.

A antropóloga Marcia Ochoa (2004), que fez sua etnografia na capital da Venezuela, Caracas, escreve em seu artigo “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’” que

A cidadania tem tanto sua dimensão afetiva como sua dimensão estrutural. Ambas as dimensões necessariamente marginalizam as transformistas [categoria venezuelana para travestis]. O importante da cidadania para meu trabalho é que facilita lógicas, estéticas, práticas e estruturas de participação. Para que a cidadania seja útil para as transformistas é preciso transformar a noção de política e, ao mesmo tempo, a noção de cidadão. Quer dizer, para que uma pessoa se imagine como “sujeito de direitos” e participe no cumprimento de seus direitos, deve existir um processo de produção de subjetividade ao mesmo tempo em que se luta por um reconhecimento estrutural. Então, se definimos como cidadãos o sujeito de direitos que exerce esses mesmos direitos e o reconhecimento verdadeiramente enfrenta à situação de marginalização social, estabelece-se a ideia de cultivar cidadania entre travesti como uma intervenção em sua problemática (OCHOA, 2004, p. 244, tradução da autora).

A proposta vale, aqui, também para pessoas trans, acredito, pois, o que está posto na arena de lutas por cidadania, passa pelo reconhecimento como possibilidade de ter sua existência assegurada. As discussões de Butler sobre reconhecimento nos ajudam a refletir sobre isso. Ela propõe em entrevista a psicanalista Patrícia Porchat Knudsen, que para que haja o reconhecimento da humanidade de alguns humanos,

[...] as condições sociais precisam ser propiciadoras. Não é uma capacidade interna, é uma capacidade que vem a ser vivida e exercida nas relações sociais. Então para mim não é uma parte monádica da minha existência, é algo que só se torna possível no contexto de um conjunto de relações. Não posso persistir em meu próprio ser sem ser parte de um mundo social que torna isso possível e em relação com outros, que, em certo sentido, precisam solicitar ou apoiar meu desejo de viver (KNUDSEN, 2010, p. 167).

Se anteriormente, a criação de espaços institucionalizados de luta garantia os debates, a criação de novos espaços reivindicatórios não vinculados aos fóruns oficiais vinculados ao movimento social organizado, assim como associações e conselhos também vem ganhando espaço visto que é neles que a dimensão político-filosófica do reconhecimento ganha espessura política.

De acordo com Carvalho (2011), o movimento de travestis e transexuais, articulado a partir de organizações e grupos políticos, tem como principais demandas a facilitação do processo de alteração de nome e sexo no registro civil, o acesso a tecnologias de transformação corporal no SUS e a despatologização da transexualidade. As interlocuções sobre essas demandas vêm sendo feitas entre o movimento social e o poder público, principalmente o Governo Federal. Todas estas passam pela reivindicação da legitimidade das vivências trans.

Essas demandas se constroem num contexto de crescente mobilização por parte do movimento trans brasileiro, numa tentativa de minimizar as condições de uma cidadania precária, como propõe Berenice Bento (2014), conceito que se soma ao já exposto: cidadania perversa.

Para Bento a precariedade é decorrente de uma vida que desafia as normas de gênero. A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar à categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se

construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo (BENTO, 2014).

Se no que diz respeito às Políticas Públicas para travestis e transexuais, a luta pelo reconhecimento da cidadania – até a década de 1990 –, esteve mais centrada no que Larissa Pelúcio (2009) chama de “cidadanização”, quer dizer, o acesso a direitos via o dispositivo de prevenção às DSTs/Aids. Durante muito tempo, a atenção do Estado às pessoas trans ficou concentrada nas questões ligadas à saúde, especialmente na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (HIV-AIDS).

Já no fim dos anos 2000 a saúde integral passa a ser pauta. Nesse contexto, em 2008 é instituído o Processo Transexualizador (PrTr) no âmbito do SUS, e é criado em 2009, na cidade de São Paulo, o Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais⁴, emblematicamente instalado onde já operava o Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde.

Podemos aprofundar as mudanças pontuadas acima tomando como eixo central o programa Brasil Sem Homofobia que, apesar das críticas que se pode fazer à sua implementação e execução, trouxe alguns avanços, como pontua Bruna Irineu:

A execução do Programa Brasil sem Homofobia enfrentou muitas dificuldades no que diz respeito a ampliação e transversalização das políticas macro, tendo como ações realizadas: apoio a projetos de ONGs; capacitação de militantes e ativistas; criação de núcleos de pesquisa em universidades públicas; projetos de capacitação de professores da rede pública; programas na área de saúde e prevenção de DST/AIDS; e criação de centros de referência em direitos humanos e combate a crimes de homofobia. Atualmente o avanço no campo dos direitos tem possibilitado o acesso vinculado à saúde integral, à assistência social, educação, entre outros (IRINEU, 2014, p. 199).

⁴ É importante salientar que, embora o Processo Transexualizador tenha sido instituído no SUS em 2008 e Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais da cidade de São Paulo tenha sido anunciado como pioneiro, em 2007 foi criado o Ambulatório de Saúde das Travestis, no Ambulatório Amélio Marques, vinculado ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC/UFU), sendo implantado como uma atividade extensionista do Programa de Extensão “Em cima do Salto: Saúde, Educação e Cidadania”.

Implantado em 2004, ainda durante o primeiro governo Lula, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Brasil Sem Homofobia foi o primeiro programa específico para a promoção de direitos baseada na exclusão por orientação sexual e expressão de gênero. Assim, o momento político da primeira década do século XXI é fundamental para a compreensão histórica da organização, articulação e composição do movimento de travestis e transexuais no Brasil, mas antes disso, é preciso destacar a relação entre o movimento trans e a criação de Políticas de Prevenção de DST/Aids.

Segundo Carvalho (2015), ainda que se considere que o formato de organização deste movimento em ONGs como única possibilidade política compusesse o quadro mais geral de reflexos dos movimentos sociais nos anos 1990; no caso do ativismo da AIDS, havia uma compreensão estratégica da importância da organização e empoderamento desta população para a luta por direitos que tivessem no horizonte político a redução das vulnerabilidades sociais em face da infecção pelo HIV, e uma compreensão tática de que naquela conjuntura as ONGs seriam a melhor, se não a única, forma de se executar tal projeto. Nesse sentido, havia, inclusive um contexto propício, na medida em que o Programa Nacional de DST/Aids⁵ viabilizou que as ONGs estabelecessem parceria com movimentos sociais, como o de prostitutas e o, então chamado movimento homossexual, que tentavam se organizar e que, mais tarde, resultaria num trânsito intenso de militantes de ONG passando a gestores de programas governamentais.

Somando-se a isso, havia uma crescente descrença na política partidária e uma fragmentação de lutas e demandas com movimentos sociais mais identitários, que acabam convergindo, no caso da AIDS, para a formação de ONGs.

Já nos anos 2000, a ampliação dos espaços de interação sócio-estatal, ampliação característica do Governo Lula, abre outra estrutura de

⁵ Essa viabilização se deu a partir do Acordo de Empréstimo do Governo Brasileiro com o Banco Mundial para financiamentos denominados Aids I (1994-1998) e Aids II (1998-2002) para implementação de ações de prevenção e tratamento e de redes alternativas assistenciais, visando a participação da sociedade civil (BRASIL, 2009).

oportunidades políticas para os movimentos sociais. Assim, se as ações desenvolvidas pelo movimento na década de 1990, financiadas em larga escala por fundações e organismos internacionais, construíram uma geração militante que relacionava o “fazer política” à “prestação de serviços”, mais claramente à realização de projetos de prevenção ao HIV/AIDS, nos anos 2000 o movimento teve que se familiarizar com outra lógica, ou seja, a lógica da participação e da burocracia dos processos de interação sócio-estatal.

De acordo com Carvalho (2015), esta transformação é perceptível na mudança dos temas tratados nos encontros nacionais, a exemplo do ENTLAIDS. Enquanto nas primeiras edições, havia um maior espaço dedicado à instrumentalização de ativistas para a criação e gestão de ONGs; no final dos anos 2000, os encontros são marcados pela presença sistemática de representantes de diferentes esferas de governo compartilhando mesas com ativistas que ocupam espaços de representação da sociedade civil nessas mesmas esferas. Outro fator determinante na passagem dos anos 1990 para os 2000 foi a popularização do vocabulário médico-psiquiátrico relacionado à transexualidade e a disponibilização de tecnologias de transgenitalização no SUS. Em 1997, as cirurgias de redesignação genital deixam de ser consideradas “crime de mutilação” e passam a ser realizadas em caráter experimental em alguns hospitais universitários do país, segundo a Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Nesse novo cenário, configura-se uma aliança estratégica de ativistas com setores da academia e do governo federal, culminando na normatização do processo transexualizador no SUS pelo Ministério da Saúde em 2008⁶. Essa aliança foi, e continua sendo, responsável por uma série de mudanças nas políticas públicas de saúde voltadas para a população trans. A organização política em torno da identidade transexual trouxe para o centro do debate outras reivindicações que partiam da luta por reconhecimento e

⁶ Para os homens trans, somente há a normatização do Processo Transexualizador com a Resolução nº 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina, que considera que os procedimentos de retiradas de mamas, ovários e útero deixam de ser experimentais e podem ser feitas em qualquer hospital público e/ou privado que sigam as recomendações do Conselho.

que procuravam mostrar que as reivindicações no campo da saúde eram urgentes, pois tinham implicações cotidianas no que se refere ao acesso à cidadania, uma vez que a “inadequação” entre genitália (sexo) e gênero experimentada por estas pessoas, e materializada em seus corpos, provoca e justifica um conjunto amplo de injustiças. Assim, num só e mesmo enquadramento, foram incluídas e denunciadas: a violência policial, a negligência médica, a exclusão da família e do ambiente escolar, a migração forçada, a humilhação pública, a violência doméstica, o desrespeito sistemático, o trabalho precário, a pobreza, o controle médico, a esterilização forçada, a prostituição como destino, o HIV, o tráfico de pessoas, o estupro corretivo, e, no topo, o sistemático assassinato de pessoas trans, colocando o Brasil como o segundo país a matar mais pessoas trans no mundo, em relação à população geral.

Atualmente, a agenda do movimento trans brasileiro envolve um conjunto de reivindicações que passam pelos diversos setores sociais, mas que também reconhece os avanços no plano político a partir de medidas como a redesignação do “sexo” e a mudança do nome em documentos de identidade; o acesso à políticas de saúde específicas; a inclusão de debates sobre gênero e sexualidade em Programas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, o Programa Brasil sem Homofobia, a inclusão do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); a criação dos Centros de Referência LGBT; a criação do Projeto ASTRAL TOP – Trabalho, Oportunidade e Previdência⁷, entre outros (MELLO et al, 2012; CARRARA, 2010).

No Governo Lula, um passo importante para a ampliação da garantia de direitos foi dado com o aumento da interlocução com representantes da sociedade civil em conferências, como a I e II Conferência Nacional LGBT, bem como instituição de conselhos LGBT municipais, estaduais e federais, grupos de trabalho e fóruns variados, num processo que amplia o diálogo acerca das decisões políticas, embora possua caráter restrito enquanto

⁷ O objetivo desse projeto, proposto em 2010, é trabalhar com as travestis e transexuais a perspectiva de questões ligadas à previdência social e ao trabalho.

espaço de deliberação e controle social efetivo (MORONI, 2005). Todas medidas previstas no Programa Brasil Sem Homofobia (IRINEU, 2014). Os avanços no campo dos direitos, no entanto, não minimizam as tensões internas dentro do movimento social, uma vez que as reivindicações também passam por uma luta por reconhecimento de lugares de fala dentro do próprio movimento. Diante destes avanços que, mesmo não sendo suficientes, indicam conquistas históricas, passamos a assistir a um acirramento nas disputas internas. Os tensionamentos políticos avançam para além das demarcações identitárias e passam a envolver também posicionamentos políticos que interseccionam as lutas trans com as demandas feministas.

Assim, a reivindicação da categoria “transfeminismo” entra na cena do ativismo, invadindo também o espaço da militância institucionalizada. Alguns elementos do contexto atual são necessários para esta compreensão: o afastamento de algumas ativistas de espaços oficiais da militância institucionalizada e a diminuição das disputas identitárias internas, perceptível na utilização de um termo único para se referir aos sujeitos do movimento, enquanto pessoas que não encontram em suas vivências, coerências nos processos identitários baseados em modelos binários de gênero (significativo uso de “trans” ou “pessoas trans” ao invés de “travestis e transexuais” e aumento de espaços de participação na gestão de políticas públicas nas quais tal diferenciação não importa ou deixou de importar); a organização política em nível nacional de homens transexuais; a ampliação no acesso ao ensino superior e aumento relativo na escolaridade média das e dos militantes; mudança na literatura acionada como referenciadoras das conformações identitárias e políticas (saindo da psicanálise para as ciências sociais e a teoria queer); o surgimento de outras formas de organização diferentes das ONGs como os coletivos universitários, e a democratização no acesso à internet e as novas tecnologias de comunicação e informação.

Todo esse cenário marca não somente a constituição como as transições que compõe o movimento trans brasileiro institucionalizado.

Espaços de luta em disputa: Política da Identidade x Política da diferença.

Ao considerarmos outras formas de militância, que não as que se encontram em diálogo direto com o Estado, percebemos que se as formas de subjetivação, práticas e modelos de vida são impostos a partir de discursos hegemônicos heteronormativos⁸, e se este reforça cotidianamente que o espaço a ser ocupado pelas pessoas trans é o das margens, tomando como justificativa a “incoerência entre gênero, sexo e desejo” (Butler, 2003), a busca por “respeito às travestis”⁹ (legenda de uma figura ilustrativa publicada em um grupo criado para debates entre pessoas trans, em 25 de abril de 2014) e as inúmeras publicações de cunho reivindicatório nos espaços online demonstra que há resistência por parte delas, de que essa realidade seja mantida. Para, além disso, essa resistência surge a partir de múltiplas vozes e lugares, que transcendem o movimento institucionalizado.

Maia, mencionada no início desse artigo, é uma dessas vozes. Ainda que ela reconheça a necessidade de um movimento institucionalizado que dialogue com o poder público, insiste que militância mesmo se faz no dia-a-dia e, por isso, é preciso mobilizar novas e criativas estratégias de enfrentamento às exclusões.

Nesse sentido, as redes sociais digitais acabam funcionando como um importante recurso narrativo diante da emergência da negociação da visibilidade pública de uma existência trans e para a afirmação das bandeiras do segmento.

⁸ Miskolci (2009) discute a heteronormatividade como um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo daqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Nesses meandros, há políticas que são performativamente atribuídas de ontologia, disputando os sujeitos, indivíduos, a obediência e servidão, suas subjetividades e forças de produção, por meio das normas. Assim, estabelece-se um contexto para a “regulação e controle”, qual seja, as instâncias intersubjetivas “sujeito”, “sujeitidade”, “indivíduo”, “identidade” etc., no cerne de suas feições e continuidades.

⁹ Aparentemente inspirada no slogan da campanha Estadual (SP) “Travesti e respeito: Olhe e veja além do Preconceito”, proposta pela Coordenação do Programa Estadual DST/AIDS-SP da Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, vinculada à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, em 2011.

Não adianta passar pela cirurgia de redesignação, realizar mudança de nome em todos os documentos, entrar na universidade, conseguir um bom emprego, e as pessoas continuarem a olhar pra você te chamando de viadinho, porque você não tem uma boa passabilidade¹⁰. Pra mim, a verdadeira transformação, a verdadeira luta está na sensibilização dessas pessoas para as nossas vivências. Nós existimos, e precisamos viver com dignidade (Maia, em sua página pessoal, em 19 de abril de 2015).

Na fala de Maia localizo que há um reconhecimento por parte das pessoas trans de que suas demandas extrapolam os limites da necessidade de criação de Políticas Públicas para o acesso a bens e serviços, e evidenciam a necessidade de uma luta que centralize esforços na minimização do estigma e do preconceito em torno de suas vivências. São, portanto, demandas por transformações culturais. Como já discutido, a partir de Ochoa, o que se está buscando são outras formas de se fazer política capazes de proporcionar um campo novo para a constituição de subjetividades que não sejam marcadas pela abjeção.

Há no depoimento de Maia, reproduzido logo acima, a legitimação das múltiplas formas de fazer resistência política no cotidiano, enfrentamentos nos quais pessoas como Maia, se reconhecem como ativistas. Ainda que estas não estejam engajadas em movimentos institucionalizados, entendem suas existências/persistências/resistências como subversivas. Visibilizar e denunciar as exclusões pelas quais passam exige um outro tipo de debate que traz para cena uma série de desafios, tais como o questionamento sobre a centralidade dos antigos espaços de luta e do movimento social, que nesse momento, para ela, já não se mostram tão potentes, e tampouco suficientes na desconstrução e problematização dos processos normativos.

Nesse sentido, o caráter do ativismo com o qual Maia se identifica, concentra esforços em mobilizar debates que tencionam convenções sociais sobre gênero e sexualidade, questiona o acesso constrangido a direitos e

¹⁰ Termo utilizado para referir-se a pessoas que, mediante a transformação de seus corpos, não carregam características que denunciam a não conformidade entre a genitália e o gênero socialmente esperado para essa genitália.

denuncia as punições que considera imerecidas porque são baseadas em supostas verdades de como deveria ser seu corpo e seu desejo. Vitórias também são anunciadas a partir do uso das ferramentas da plataforma dando visibilidade às conquistas trans, e a todos os movimentos que visam combater a perspectiva naturalizada sobre as ilegitimidade dessas vivências, sobretudo se se pretendem fora dos marcos patológicos.

Assim, o ponto central dos debates propostos por Maia tem a ver com o questionamento dos códigos normativos regulatórios e dos valores sociais hegemônicos relativos ao gênero e à sexualidade, uma vez que há o reconhecimento de que estes não somente questionam, como também inviabilizam a sua existência. Em contraponto, mas não menos importante, a militância institucionalizada concentra-se em, a partir do acesso a bens e serviços, e da promoção da cidadania, a garantia de um aparato legal do Estado por vidas menos precárias, por meio da proposição de políticas públicas baseadas nas suas demandas.

No entanto, o que se toma como ponto de partida na proposição e construção de políticas públicas, são as demandas identitárias, e estas não dão conta das especificidades de boa parte das pessoas que nem se enquadram na lógica hegemônica de práticas e vivências de gênero e sexualidade, e tampouco dá conta das demandas que se interseccionam com outros marcadores sociais da diferença, visto que, o que sustenta essas políticas é a lógica identitária.

Toda identidade, ensina Butler (2003), é normativa, o que não significa que essas não possam existir no campo transgressivo. A questão é não engessá-las de maneira a criar com esse movimento outras categorias de exclusão que não seriam abarcadas, por exemplo, por determinadas Políticas públicas. No entanto, não se trata de se buscar “uma ampliação numérica das identidades, das identidades subtraídas cada uma delas de sua própria coerência. Porque, então, junto com o maior número de divisões de identidades, também aumentariam seus exercícios de exclusão” (DÍAZ, 2013, p. 458).

Em muitos fóruns institucionalizados e mesmo não institucionalizados, muitas vezes o que se percebe é a defesa de uma forma essencializada de se fazer política, uma espécie de essencialismo estratégico (BRAH, 2006).

Ainda sobre a proposição de políticas identitárias, Tatiana Lionço (2009, p. 48) a entende como uma “problemática essencialização das supostas identidades transexual e travesti, categorizadas em diagnósticos médico-psiquiátricos insuficientes para o reconhecimento da pluralidade característica desses segmentos da população”. A compreensão de que os marcos legais por si só não superam as expectativas do próprio movimento acabam por construir novas formas de pensar essas demandas e suas respectivas lutas políticas.

Leandro Colling (2010), ao fazer uma análise crítica das perspectivas essencialistas das políticas identitárias, aponta para o potencial das políticas *Queer*, que tendem a deslocar os questionamentos para a ordem social que sustenta discursos de exclusão e não, propriamente para as identidades. Quer dizer, desloca o foco dos indivíduos para o as normas que os constroem. O autor toma como pano de fundo o PROYECTO TRVNSGEN3RO, idealizado e desenvolvido no Equador.

Colling parte da proposta norteadora-chave de Joshua Gamson (2002), acerca da existência de movimentos sociais capazes de lutar simultaneamente com os dois sistemas de opressão (culturais e institucionais). Com isso, argumenta que, na busca de um movimento que ataque em um só tempo os dois sistemas de opressão, sobretudo a partir de estratégias políticas que só poderão ser conduzidas e implementadas por pessoas com novos referenciais teóricos, faz-se necessário pensar as políticas afirmativas, essencialistas e das identidades coletivas em contraste às políticas antiessencialistas, das identidades singulares, pois, aliadas às grandes capacidades de aglutinação e diálogo, torna-se possível apostar na possibilidade de alianças baseadas na diferença, e não propriamente na igualdade.

As postagens de Maia, assim como de diversas outras militantes trans da plataforma, apoiam-se em proposições *Queer*, que embora não seja

mencionado de forma literal e explícita, assume um papel norteador nas suas falas reivindicatórias. Alguns termos da teoria são acionados, tais como abjeção e heteronormatividade.

Maia fala sobre a emergência da não normatização dos corpos:

Aos que dão parabéns às pessoas trans por elas não se parecerem trans, eu dou o meu veredito: TRANSFOBIA DESCARADA. Com esse singelo parabéns, você mantém a transgeneriedade no terreno do abjeto e procura enquadrar o sujeito trans nas caixinhas normativas do *savoir-faire* uma estética adequada ao gênero requerido a partir de pressupostos heteronormativos. Com licença, não normatize meu corpo: não sou teu avatar¹¹ (Maia, em postagem em seu perfil pessoal, 02 de junho de 2015).

A compreensão de que a “transfobia”¹² surge de um contexto em que a heteronormatividade regula corpos e vidas, remete ao fato de que “para que possamos viver com dignidade, não basta atacar a violência, temos que desconstruir esses modelos de vida” (retirado de conversa privada, em 02 de junho de 2015).

No contexto da sociedade disciplinar e de controle, a heteronormatividade funciona como uma tecnologia de controle dos corpos e acaba por fazer o indivíduo incorporar o modelo político. A busca por um corpo passável, de acordo com as postagens de Maia, precisa ser problematizada e desconstruída, segundo ela, “não somente no circuito trans, mas também entre os cis!”.

Os novos repertórios remetem a uma concepção de gênero que, segundo as transativistas, deturpam o movimento, despolitizando-o. Nessa direção, nem sempre é possível pensar os termos trans, cis e outros, sem pensar em suas repercussões dentro de uma esfera política, especialmente no que diz respeito a que tipo de militância vem sendo proposta pelas novas formas alternativas de ativismos. No caso de pessoas trans, o gênero não é apenas uma experiência subjetiva no que tange a forma com que se reconhece no mundo, mas um lugar político de enfrentamento, por meio do qual políticas

¹¹ Termo utilizado para referir-se a perfis construídos em redes sociais.

¹² Termo que refere-se a expressões de ódio e violência contra travestis e transexuais.

públicas são reivindicadas ao Estado e práticas de reconhecimento demandadas da sociedade.

As estratégias de enfrentamento de luta das ativistas que atuam nos espaços online passa pelo questionamento/denúncia dos mecanismos regulatórios do dispositivo da heteronormatividade, o qual aciona por meios difusos e heterogêneos a suposta naturalidade e a coerência da heterossexualidade, instituindo regimes de verdades sobre o que seria o desejo saudável, os corpos respeitáveis, as experiências que teriam direitos à cidadania plena.

Assim, essas ativistas investem em novos repertórios discursivos capazes de escapar e denunciar a linguagem binária, buscando termos de significação de suas vivências fora dos marcos jurídicos e patológicos. Nestes espaços de atuação e textualização de suas existências proporcionado pelo ativismo online, elas têm apostado na potência política da visibilidade das experiências (“Narrar-me mulher trans é, acima de tudo, um ato político”), e na capacidade dessas narrativas em evidenciar a multiplicidade das vidas trans. Essa forma de constituir o lugar de luta parece ter muito a ver com as possibilidades de empoderamento, termo utilizado de forma recorrente nos debates trans online.

Trans que revoluciona é trans empoderada!!!! Não tem como lutar sem conhecer o que faz essa realidade nos oprimir... To me amando muito!!!! #beijonoombro (Lavinia, mulher transexual em um grupo de debates sobre o transfeminismo).

Aparentemente, o termo não se refere à lógica de poder proposta por Foucault, que nesse sentido teria a ver com modificar a natureza das relações de poder, e não de modificar o poder em si, visto que esse estaria em todos os lugares. Assim, não existe uma forma de escapar do poder, enquanto houver sociedade, pessoas e relações sociais. Empoderar, no contexto desses debates refere-se a resistir, ressignificar as relações de poder, ou construir cartografias marginais de poder, que se afastam e resistem a biopolítica institucional.

Os desdobramentos dessas “resistências” digitais podem ser vistos em postagens como as de Bruna:

Acabei de voltar de uma palestra na [nome de uma empresa de uma marca famosa]. Fui convidada para falar para mais de 200 funcionários sobre como as pessoas trans devem ser tratadas. Fui muito bem recebida, e a palestra foi maravilhosa. Só gostaria de saber se as mocinhas do movimento vão continuar falando que é fácil ser militante atrás do computador, quando foi por causa da internet conheceram o meu posicionamento sobre a nossa luta, e me contactaram (postagem retirada de seu perfil pessoal, em 28 de março de 2015).

A partir da justificativa da necessidade do empoderamento das pessoas trans, foi criado um grupo privado com seis mulheres trans, para discutir questões que julgassem pertinentes para a apropriação de debates sobre as possibilidades de vivências “*menos oprimidas*”¹³. Os debates eram mediados por textos acadêmicos e de blogs de mulheres transfeministas, girando em torno das temáticas: gênero, sexualidade, feminismo, transfeminismo. A iniciativa do grupo surgiu de um debate paralelo entre os tópicos de um grupo na plataforma, e o convite foi estendido a todos/todas os membros, e a minha inserção se deu por meio de convite de uma das mulheres com quem eu conversava para a realização da pesquisa.

A estratégia da criação de visibilidade, nessa plataforma, é gerenciada a partir da publicização das experiências pessoais das pessoas que mantem seus perfis na plataforma. Nessa lógica a internet pode ser localizada como o desdobramento mais recente do processo de transformação da esfera pública numa arena para a exposição da vida privada (ILLOUZ, 2011). O ativismo mediado por essa exposição também atravessa outras visibilidades, acionando diversos elementos e estratégias, tais como a experiência do outro, ainda que esse outro não seja alguém ligado a uma rede de amigos, mas a um caso exposto na mídia que pode ser múltiplas vezes compartilhado. Casos como esse podem ser observados a partir da proporção tomada quando da divulgação das notícias sobre a violência sofrida por uma mulher travesti ao ser presa, evento que mobilizou uma série de debates em torno dos direitos das pessoas trans.

A dimensão imagética das postagens foi fundamental, a meu ver, como catalizador de apoio, gerando grande comoção. Em muitas notícias geradas

¹³ Retirada do grupo privado, no dia 11 de janeiro de 2015.

pelas próprias ativistas, a vítima – mulher travesti - aparecia desfigurada: olhos roxos, boca inchada, cabelos raspados. A brutalidade com que foi tratada passou a ser relacionada com o fato de se tratar de uma travesti, muito mais do que uma punição (por si só inaceitável em um Estado de Direitos) ao delito praticado por ela. Houve, inclusive, o reconhecimento por partes de ativista de que a travesti havia violado a lei, mas não a aceitação da forma como ela foi tratada e tampouco à maneira como a grande imprensa divulgou os fatos.

Num grupo específico da plataforma, o debate foi bem acentuado. Comentários como “se fosse um filho de político isso não acontecia, so pq eh trans”, “a gente sofre violência o tempo todo, e o estado não nos ampara legalmente e quando somos culpadas aí q tudo piora, não sei se acho bem feito ou me revoltou” ou ainda “se fazem com o meu cabelo o que fizeram com o dela, eu mato todo mundo mesmo”.

Se a violência é a condição básica de quem ultrapassa os limites no que diz respeito às vivências dos binarismos de gênero, de que modo é possível desmontá-la? As expectativas encontram-se no âmbito da cultura, ainda que sejam reconhecidas as necessidades de avanço no campo jurídico, especialmente no que tange a produção, formulação e reformulação de leis específicas que possam proteger estas pessoas, além de demandas por políticas públicas que possibilitem que estas possam ter a possibilidade de se representarem no campo político, a partir do acesso à segurança e educação, por exemplo, bem como, na busca de visibilidade positiva. Não há consenso, no entanto, do que seria a visibilidade positiva. Os impasses sobre esses posicionamentos e lutas vêm respingando na forma com que elas estão se articulando. A institucionalização do movimento trans brasileiro se deu a partir dos diálogos com o Estado, de forma mais flagrante a partir do governo Lula (CARVALHO, 2015). Se essa aproximação possibilitou conquistas em termos de direitos em diferentes setores, por outro lado capturou pautas e domesticou demandas. A rede de relações que as lideranças históricas vieram constituindo com o Estado não inclui as novas

ativistas que, não só não se veem representadas, como trabalham com outras estratégias e elencam demandas distintas na ordem das prioridades.

São inúmeros os relatos de pessoas trans que sofreram violência, desde aquela que é perpetrada no ambiente doméstico, até a truculência policial nos espaços de prostituição ou no cotidiano mesmo da rua. Além disso, a violência simbólica é uma marca presente em diversas etapas da vida das pessoas trans, expressa na desvalorização de suas vivências de gênero. E isso parece urgente para as pessoas trans que têm encontrado nas redes sociais digitais um espaço de luta.

Voltemos ao caso citado a fim de ilustrar as demandas por transformação das convenções de gênero e sexualidade, presente nas discussões on-line. A travesti foi presa, publicamente humilhada, fotografada, exposta, ao mesmo tempo que não teve espaço de fala. Depois foi encaminhada para uma cadeia masculina, onde se viu obrigada a cortar os cabelos e usar roupas tidas como masculinas. Ao fim, ela não estava sendo punida apenas pelo crime cometido, mas pela sua travestilidade. O que autoriza e legitima que pessoas sejam tratadas desta forma, tem a ver com estruturas profundas que sustentam desigualdades no Brasil.

Pertencimento de classe, marcas raciais e questões de gênero e sexualidade se imbricam em uma teia tão complexa quanto perversa formando um campo discursivo potente, ainda que pouco sistematizado teoricamente. Seu caráter de verdade se assenta na naturalização das desigualdades.

A estratégia do ativismo via internet em visibilizar este caso de forma crítica, repercutiu e exigiu um posicionamento por parte da Associação Nacional de Travestis e transexuais (ANTRA) e do Conselho Municipal de Políticas LGBT da cidade de São Paulo [movimento e estado], de modo que, mesmo sem se proporem a dialogar com o Estado, o ativismo on-line funcionou como grupo de pressão, constituindo uma base dispersa, mas presente do movimento organizado que se viu impelido a agir e fazer o seu papel junto ao Estado. Assim, a partir do diálogo com o poder público, o caso

pôde ser acompanhado e as devidas leis foram acionadas. É dizer, as leis já existiam, mas não cabiam às “cidadanias perversas” (OCHOA, 2004).

Daí a crítica de Sérgio Carrara (2010) aos processos de judicialização das lutas no campo dos gêneros e das sexualidades, quando argumenta que teríamos consequências indesejáveis se canalizar ou formalizar a luta política na linguagem dos direitos e, particularmente, na dos direitos humanos:

Na luta pelos direitos e na própria constituição de sujeitos que têm direito aos direitos (momento fundamental dessa luta), vem se desenhando uma nova moralidade sexual, projetando novos sujeitos perigosos ou abjetos em oposição aos “cidadãos respeitáveis”, ou seja, àqueles que merecem, por suas qualificações morais, ser integrados, assimilados à ‘sociedade’ (CARRARA, 2010).

Este caso trouxe para a cena dos debates online, diversas discussões em torno dos direitos humanos, o que acabou conferindo um lugar de relevo as conversas em torno da necessidade de aprovação do projeto de lei João Nery¹⁴, ou Lei da identidade de gênero, de autoria do Deputado Federal Jean Willys e da Deputada Federal Erika Kokay, emergentes na época. As falas perpassavam a luta pelo reconhecimento da identidade de gênero, especialmente mediante vivências de violência simbólica em torno do uso do nome de registro em instituições e serviços, direito conquistado recentemente.

Se por um lado, o movimento organizado reivindicou por tanto tempo a conquista da respeitabilidade do nome social como forma de viabilizar às pessoas trans a participação em diversas esferas da vida social, algumas usuárias da plataforma argumentam que o nome social não garante respeito, visto que a desconstrução tem que ser dada no âmbito cultural.

Ao que é centralizado nesses debates, os argumentos dessas usuárias voltaram-se para a necessidade de pensar sobre a emergência de leis que

¹⁴ De acordo com Bento (2014), essa é a primeira lei na história que se estrutura pelo princípio do reconhecimento pleno da identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias nem hormonoterapias, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização e despatologiza as identidades trans. O projeto inspira-se na Lei de Identidade de Gênero argentina.

minimizassem os constrangimentos causados pela apresentação social *versus* nome, em contraposição à necessidade de desconstrução das concepções sobre esses corpos que vivem marginalizadas do dispositivo da sexualidade hegemônica.

Embora seja reconhecida a necessidade de políticas públicas, de acesso aos diversos serviços e setores sociais, as mobilizações na internet tomam como ponto de partida a necessidade de sentirem-se minimamente humanas, com direito a existência a partir da resistência, e essa mobilização é realizada em rede.

Nessa direção, debates sobre a não higienização das identidades trans também são recorrentes, nas páginas acompanhadas, tendo como foco central a reivindicação do termo “travesti” como um lugar político.

A ressignificação do termo travesti, numa direção ao não higienismo a partir de uma página na plataforma que, para Berto Júnior (2015), pode ser considerada um importante espaço potencial para se pensar novas possibilidades sobre sexualidade e gênero, torna-se um dos pontos de conexões não somente entre o que é discutido, mas principalmente na desconstrução do estigma das vivências trans e na compreensão da lógica que opera a manutenção das estruturas que enrijecem as experiências em torno dos gêneros.

Entre o “real” e o “virtual”: Tensões e conflitos

Era uma tarde de maio, e me assustei ao receber mensagens por meio de um aplicativo de comunicação instantânea me pedindo para entrar no perfil da Mari para ver suas postagens daquela tarde.

Mari afirma-se travesti, tem 30 anos, e desenvolve atividades no ambiente acadêmico. Iniciou seu processo de transformação corporal há cerca de um ano e meio, e no final de 2014 teve o seu primeiro contato com os espaços de militância. Se nas carteiras da universidade sempre foi atentamente ouvida, nas rodas de discussão do Encontro Nacional de

Travestis e Transexuais¹⁵, a realidade foi um tanto quanto diferente. Ao questionar, por exemplo, porque a luta pela despatologização não entraria na relatoria do grupo de trabalho, foi amplamente retaliada sob justificativas de: “Se não tivermos um CID fica difícil ter laudo e cirurgia, amiga!”. Sob argumentos de que “saúde não se resume a ausência de doença”, ou de que “gravidez não é doença, e tem política de saúde pra mulher grávida”, sua voz ficava quase que inaudível no amplo auditório.

Mari tomou conhecimento desse espaço, a partir do convite de um evento¹⁶ da plataforma, e mesmo passando por momentos como esse, ponderou que a militância era o que dava sentido às suas novas vivências de gênero. Com isso, começou se inserir em diversos outros espaços oficiais, tais como ONGs, Fóruns, entre outros.

A postagem do mês de maio no perfil da Mari dizia:

(...) minha mão sangra, minha cabeça dói de tanto que ela puxou os meus cabelos e bateu a minha cabeça no corrimão da escada, isso após ter sido chamada de “viado”, “viadinho de saia” e todas as merdas transfóbicas que jamais acreditei que uma liderança do movimento de travestis e transexuais fosse capaz (retirado do perfil pessoal de Mari, em 17 de maio de 2015).

Em meio a respostas como “Gente, a militância tá um ambiente bizarro”, “Meu deus, depois me perguntam porque fico longe desse movimento organizado” e “quero distancia desses espaços”, as discussões já repercutiam em diversos grupos, páginas e perfis pessoais de vários usuários da plataforma.

O conflito, que em princípio se deu em um evento oficial de militância, tomou diversos espaços da plataforma, e gerou uma intensa discussão que colocava em xeque o ativismo feito via internet.

Os argumentos que tentavam justificar a violência sofrida por Mari se valiam da desqualificação da forma de luta online em contraste às

¹⁵ Refiro-me ao Encontro ocorrido em dezembro de 2014. Tomei conhecimento do Encontro a partir de divulgações e convites nos grupos da plataforma, e participei do mesmo como ouvinte.

¹⁶ Neste caso, “evento” refere-se a uma ferramenta incorporada à plataforma, que é utilizada para informar e gerenciar o interesse de usuário em eventos dentro e fora dela.

exigências de uma militância nos moldes clássicos. Algumas usuárias da plataforma que tinham uma relação direta ou indireta com essa militância, se posicionaram nesse sentido: “*a vida acontece fora da telinha*”, e “*enquanto esses viadinhos feios ficam fazendo piadinha na internet desconstruindo sei lá oq, eu to dando a cara pra bater nas reuniões do conselho*”.

Paula Sibilía (2008) afirma que, nas redes sociais, os indivíduos estão mais preocupados com a espetacularização da vida íntima e o show do eu. No entanto, há mais que espetacularização no âmbito do ativismo, há construção de visibilidades, de formas de fazer política de existência. Nesse contexto, a criação de grupos de discussão, páginas e perfis, fazem da exposição da vida íntima, um ato político. Além disso, não há como mensurar ou controlar o alcance que algumas postagens têm, à medida que ela entra na página de atualizações das pessoas que estão conectadas com o espaço em que a postagem foi publicada, no entanto, a ferramenta de compartilhamento assume um papel de megafone, e cria ecos em torno dos discursos.

Nessa direção, o fazer político que as ativistas assumem a partir dos usos da plataforma, é regido por seu princípio básico de funcionamento: a propagação de ideias. A forma com que essa propagação de ideias marca a conexão entre as esferas on e off-line é que demonstram o verdadeiro potencial político, na medida em que essas duas dimensões se retroalimentam.

A produção de conteúdo se configura como eixo central nas interações online pós WEB 2.0¹⁷, e carrega consigo, intrinsecamente, a produção de diversos novos elementos que permeiam a relação entre o sujeito e o mundo,

¹⁷ “A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços Web, linguagem Ajax, Web syndication, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador [...] A Web 2.0 tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática” (PRIMO, 2007, p. s/n).

num processo mediado. Para a constituição de um campo de mobilização política, os enunciados políticos são construídos a partir de elementos da vida cotidiana, tais como as vivências e trânsitos nos diversos espaços sociais, o que justifica as inquietações de quem os constrói.

A ideia de que a internet também se caracteriza como uma forma de ser e estar no mundo também marca, a partir de seus usos cada vez mais cotidianos, uma constante transformação não somente na maneira como os sujeitos estão nela inseridos, mas também pela forma como são produzidos a partir desses usos. Tais usos passam por uma articulação que envolve a transformação do pessoal em político.

Essa transformação é permeada por uma lógica de interação que exige uma relação direta entre o usuário da plataforma e o computador, *tablet* ou *smartphone*, e é por meio dessa interação primária, que diversas outras interações secundárias são criadas. A partir delas, é possível levantar discussões em nível nacional e internacional a partir de elementos como a empatia (SIBILIA, 2008) e a sensibilização a partir dessa empatia, seja ela individual ou coletiva.

Se a violência física e simbólica se propaga para diversos espaços e interações nas vivências trans, e se, além disso, experiências de agressões são expostas por meio de discussões na plataforma, os modos de fazer militância mediados pelo computador tendem a gerar um sentimento parcial de proteção por parte daquelas que expõe suas ideias, mas não expõe um corpo físico e violável, vulnerável às agressões.

Além disso, nessa relação direta, o fato das interações nas redes sociais digitais funcionarem a partir de uma lógica de rede, e essa ser caracterizada, minimamente, pela semelhança e compartilhamento de ideias em comum, a espetacularização da vida íntima, nesse sentido, funciona principalmente como uma ferramenta de combate a opressão, à medida que se utiliza da exposição de vivências cotidianas sem uma neutralidade emocional, para falar não somente do não reconhecimento em torno dos processos que envolvem cidadania, como principalmente, do não reconhecimento como sujeito em sua dimensão ontológica. É justamente a

busca dessa ontologia e da recusa à abjeção em que se fundamentam muitas das demandas do ativismo online.

Remeto-me a Butler, a fim de deixar mais claro meu argumento. Em entrevista a Baukje Prins e Irene Costera Meijer, a filósofa busca dar consistência política a sua proposta teórica sobre corpos abjetos. Diz ela:

Eu atribuo ontologia exatamente àquilo que tem sido sistematicamente destituído do privilégio da ontologia. O domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder”. Butler deixa claro, a seguir, que a abjeção não está circunscrita a sexo e heteronormatividade, mas se estende “a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como “não importante” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161).

Assim, pensando os usos da internet, nessas interações que são políticas, esta não apenas se tornou um instrumento tecnológico de grande importância para a composição, articulações e dinamização de coletivos sociais, mas de constituição de sujeitos que pretendem ter sua ontologia reconhecida. Na mesma direção, esse tipo de atuação viabilizou a novas formas de ativismo.

De acordo com o sociólogo Machado (2007, p. 250), a atuação em rede torna-se, portanto, a principal característica de parte dos integrantes destes “novos” movimentos sociais, pela formação de tensões e colisões frequentes e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, como é o caso das redes que se formam para discutir feminismos, por exemplo, organizar atividades e viabilizar manifestações políticas on e offline. O autor retrata o impacto dessa forma contemporânea de articulação nos novos arranjos de movimentos sociais:

[...] A matéria-prima básica dessa nova forma de organização é a informação gerada e distribuída. Este poder resulta da ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, ideias, valores, visões de mundo e experiências individuais e coletivas em torno de interesses, identidades e crenças – e em um espaço muito curto de tempo. A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o

alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes (MACHADO, 2007, p. 268).

Ainda assim, esses contextos vêm sendo marcados por agressões que acionam discursos que cada vez mais reiteram a lógica da não legitimação dos sujeitos fora da norma. Dessa vez, uma norma criada das margens para as margens, predominantemente. Continua existindo uma recusa quase que hegemônica das experiências de ativismo on-line por parte das pessoas trans, e mais especialmente, por parte do movimento institucionalizado, o que autoriza uma violência que, historicamente, movimenta uma crescente nos quantitativos das estatísticas de homicídios e de diversos tipos de crime contra pessoas trans no Brasil. A existência de um movimento organizado é tão flagrante quanto a existência do confronto interno, no entanto, a publicização desses conflitos, que atualmente extrapola as fronteiras das reuniões em salas fechadas, e ganha uma série de telespectadores, muitas vezes com participação ativa, tem consequência política na vida dessas pessoas que são mais presentes no ativismo. Por outro lado, por mais agressiva que a militância em espaços como a internet possa parecer, ela vem possibilitando a ampliação do alcance dos debates por meio das ferramentas que disponibiliza, à medida que denuncia o machismo, heterossexismo, o preconceito de diversas ordens oferecendo elementos para que pensemos sobre os limites da abjeção de quem vive, em alguma medida, às margens.

Considerações finais

Fazer mobilização política tem a ver com a forma com que um grupo de pessoas se organiza para compor uma luta por direitos. No campo dessa pesquisa, vi que mobilização política também é “*dar bafão na página dasamiga*”, é “*postar foto do salto quinze pras inimiga morrer de inveja*”, é publicar longos textos no perfil pessoal, repletos de erros gráficos e de concordância acompanhado da foto dos cortes e arranhões resultantes de uma noite de trabalho fazendo “pista”. É responder uma postagem sobre violência contra travestis, com um misto de medo e compaixão, por se

enxergar muito próxima daquela situação diariamente. É compartilhar incansáveis vezes, muitas vezes só pelo título do link, campanhas de respeito à diversidade.

Se por um lado, militantes trans puderam ser ativas nos processos de diálogo com o Estado em torno do avanço de Políticas Públicas para pessoas trans, por outro, as ativistas trans que atuam por meio das redes sociais se expõe através de narrativas para dizer que existem e que querem usufruir do seu direito de existir.

O campo está posto, e as tensões também. Seja por lugares de fala ou de existência, seja pelo direito a uma identidade normativa, ou ainda pelo direito de sequer precisar assumir uma identidade.

Procurei, por meio deste texto, refletir sobre como a ampliação do acesso a determinadas possibilidades tecnológicas tem transformado as formas de articulação, a partir do uso das redes sociais digitais, e mais especificamente, como esses usos tem tido desdobramentos no campo do ativismo, no que diz respeito às interlocuções entre pessoas trans.

A partir da compreensão sobre o processo histórico e político dos avanços no campo dos direitos, foi possível refletir sobre as formas de luta proposta por um movimento social institucionalizado que tem protagonizado diversas lutas políticas no âmbito dos acessos a bens e serviços, e a forma com quem tem negociado e tensionado os limites da articulação política de pessoas trans que fazem ativismo a partir do uso da internet. Busquei ainda compreender quais as engrenagens que movimentam essas disputas, e de que forma elas se aproximam e se distanciam no que diz respeito à luta pelo direito à existência.

As dimensões do fazer político online e off-line se imbricam, se informam e se influenciam mutuamente, criando ora alianças profícuas, ora tensões e rupturas que trazem desdobramentos expressivos para a luta das pessoas trans, seja pela consolidação de algumas pautas em detrimento de outras, pelo rechaço de algumas falas ou pelo surgimento de novas lideranças. Este último fenômeno tem criando cisões muitas vezes marcadas

por pertencimentos geracionais e de escolaridade, além dos de classe, que se mostram expressivos nesse campo.

Referências

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: Cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, p.165-182, 2014.

BERTO JUNIOR, Hedilberto Pessoa. O *queer* em rede: subversão e (des)construção do gênero na página do Facebook Travesti Reflexiva. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 2, n. 1, p.112-129, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 26 n. 1, p. 329-376, 2006.

BRASIL. *Política nacional de DST/AIDS: princípios e diretrizes*. Coordenação Nacional de DST e Aids. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BUTLER, Judith *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) Departamento de Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.147f.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. “*Muito prazer, eu existo!*”: Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) Departamento de Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015. 261f.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagóas*. Natal, v. 5, n. 1, p.131-147, 2010.

COLLING, Leandro. O que a política trans do Equador tem a nos ensinar? In: Anais *Seminário Internacional Fazendo Gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos* 9, 2010. Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, p. 1-10.

DÍAZ, Elvira Burgo. Desconstrução e subversão: Judith Butler. *Sapere Aude – Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p.441-464, 2013.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. JIMÉNEZ, Rafael. *Sexualidades transgresoras: Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p.141-172.

ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IRINEU, Bruna. 10 Anos do Programa Brasil Sem Homofobia: Notas Críticas. *Temporalis*, Vitória, v. 2, n. 28, p.193-220, 2014.

KNUDSEN, Patrícia. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *Revista de Estudos Feministas*, v. 18, n. 1, p.161-170, 2010.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.

MACHADO, Jorge. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 248-285, 2007.

MARCUS, George. (1995). Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24 (1): 95-117.

MELO, Késia. “*Consciência, news e glamour*”: A internet como espaço alternativo de sociabilidade e articulação política entre pessoas trans. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016, 111f.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 351-374, 2009.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no Governo Lula. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 71, p. 284-304, 2005.

OCHOA, Márcia. Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’ LOZADA, Mireya (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 239-256.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume Fapesp. 2009.

PIENIZ, Mônica. Novas configurações metodológicas e espaciais: etnografia do concreto à etnografia do virtual. *Revista Elementa. Comunicação e Cultura*. v. 1, n. 2, p. 114-130, 2009.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. *E- Compós*. Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2007.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: Entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: A intimidade como espetáculo*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro. 2008.

SILVA, Cristina Luci Câmara da. *Ativismo, Ajuda-Mútua E Assistência - A atuação das organizações não-governamentais na luta contra a AIDS*. Tese

(Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas - Sociologia) – Departamento
de Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
1999. 272f.

Recebido em janeiro de 2024.
Aprovado em julho de 2024.